

## ACTAS

19

### ACTA NÚMERO CATORZE

No dia 10 de Abril de dois mil e dezanove, pelas dezoito horas e trinta minutos, realizou-se, na Rua Bernardo Lima n.º 35 1º D, em Lisboa, conforme convocatória do Presidente da Assembleia Geral, a reunião ordinária da Assembleia Geral da FPP - Federação Portuguesa de Padel, entidade de Utilidade Pública Desportiva, conforme despacho n.º 2529/2017, associação de direito privado, sem fins lucrativos, com o número de pessoa colectiva 510.234.640. \_\_\_\_\_

Encontravam-se presentes na Mesa da Assembleia Geral, o Presidente José Eugénio Dias Ferreira, e, na ausência da Secretária Clara Maria Carreira, foi integrada na mesa, em sua substituição, Mafalda Botelho. Encontravam-se igualmente presentes o Presidente da Direcção, Ricardo Oliveira, acompanhado do Vice-Presidente da FPP, Luís Fragoso, e os delegados representantes dos clubes, dos jogadores, treinadores e árbitros, conforme lista de presenças. \_\_\_\_\_

A reunião ordinária da Assembleia Geral foi declarada aberta pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral, às dezanove horas, após verificação do quórum de funcionamento, nos termos legais e regulamentares. Os trabalhos foram iniciados com a presença de 11 Delegados em sala e 3 Delegados através de videoconferência, Ana Júlia Lopes, João Paulo Gomes e Ricardo Duarte, com a seguinte ordem de trabalhos: \_\_\_\_\_

8. Apresentação, discussão e votação das rectificações na Tabela de Taxas 2019. \_\_\_\_\_
9. Apresentação, discussão e votação do Relatório de Actividade e as Contas e o Parecer do Conselho Fiscal do exercício do ano de 2018. \_\_\_\_\_
10. Apresentação, discussão e votação das rectificações ao Orçamento aprovado para o exercício do ano de 2019. \_\_\_\_\_
11. Projecto de Padel do Estádio Nacional. \_\_\_\_\_

## ACTAS

20

12. Outros assuntos. \_\_\_\_\_

O Presidente da Mesa saudou os 11 Delegados presentes em sala e os 3 Delegados presentes por videoconferência. \_\_\_\_\_

Dando início ao **PRIMEIRO PONTO** da Ordem de Trabalhos, o Presidente da Mesa deu a palavra ao Presidente da Direcção, Ricardo Oliveira. \_\_\_\_\_

O Presidente da FPP lembrou que as alterações a valores que constem na Tabela de Taxas têm de ser aprovadas em Assembleia Geral. Deu conta das várias reclamações recebidas por parte de alguns treinadores, daí ter resultado uma proposta de alteração na categoria dos treinadores, de 15€/hora para os 18,50€/hora, sendo que o máximo de custo diário sejam os 123€, impostos incluídos. O Presidente deu conta de várias situações relacionadas com o valor dos impostos, lembrando que os valores tabelados sempre incluíram os impostos, mas explicou que houve a necessidade de colocar essa referência na Tabela de Taxas, para evitar confusões, pois sem valor tabelado não se consegue fazer um orçamento. O Presidente explicou a clarificação que foi efectuada, no texto que se refere à distância percorrida pelos Juizes-Árbitros em prova, desde o local de saída até ao clube, e do ajuste da distância a partir da qual se pagam quilómetros, para não haver diferentes interpretações. O Presidente esclareceu ainda que, devido a várias reclamações recebidas, por parte de clubes, é proposta uma mudança nos valores pagos, na elaboração dos quadros e ordens de jogos, entre os 201 a 300 pares, ficando nos 100€ e nos 301 ou mais pares ficando associado um valor de 140€. O Presidente da Direcção esclareceu os presentes que existem formações certificadas, dadas por professores universitários, as quais têm um valor por hora mais elevado, daí ter-se feito essa distinção na Tabela de Taxas. \_\_\_\_\_

O Delegado Luís Santos pediu a palavra ao Presidente da Mesa dando conta de ter sido enviada a proposta de rectificação à Tabela de Taxas, apresentada pela Direcção, aos árbitros, e do facto de ter recebido, em resposta, vários e-mails de insatisfação às alterações propostas. Solicitou ao Presidente da Mesa que sejam apresentadas contrapropostas. \_\_\_\_\_

## ACTAS

21

FB

O Delegado Nuno Moreira solicitou a palavra para manifestar que, na sua opinião, todas as alterações propostas, no que aos árbitros diz respeito, prejudicam a classe. \_\_\_\_\_

O Delegado Luís Santos retomou a palavra afirmando que, no que se refere às deslocações, se deveria avançar para os 0,36€/Km até ao máximo de 250€ mais os custos das portagens, isto no caso de o árbitro se deslocar no seu automóvel, ou ao pagamento do bilhete, caso se desloque em transportes públicos. Na sua opinião, relativamente ao IVA, deve-se aplicar a lei fiscal e deve ser tabelado o valor pela prestação do serviço mais o valor do IVA. Relativamente à elaboração dos quadros, propôs o Delegado Luís Santos, que seja paga conforme o nº de duplas e o tipo de classe da prova. Foi proposto que para torneios classe 1.250/2.500 os árbitros recebam 0,59€/dupla, para as provas 5.000 recebam 0,80€/dupla e para os torneios classe 10.000/15.000 recebam 0,90€/dupla. Foi ainda proposto que o pagamento dos valores diários fosse dividido em quatro segmentos: até 7 horas, de 7h a 12h, de 12h a 16h e mais de 16h diárias. \_\_\_\_\_

Entrou neste momento o Delegado Rui Faria. \_\_\_\_\_

O Presidente da Mesa deu conta de não ter sido apresentada, até ao momento, uma contraproposta, tendo sido apenas fundamentadas as várias situações. \_\_\_\_\_

O Presidente da Direcção pediu a palavra para esclarecer que as alterações, avançadas pelo Delegado dos Árbitros, não interferem com as receitas da Federação, em termos de torneios, mas interferem no que aos Campeonatos Nacionais se refere. Na sua opinião, sendo a FPP de todos, essa questão também deve ser equacionada no momento da decisão. \_\_\_\_\_

Tomou a palavra o Delegado João Paulo Gomes, dando conta do crescimento do Padel na região da Madeira, com uma maior implementação de torneios oficiais em detrimento de torneios sociais. Na sua opinião, estas alterações propostas pelo Delegado dos Árbitros iriam aumentar os custos associados à arbitragem, levando a que os clubes optem por realizar torneios sociais em vez de torneios oficiais. Segundo a sua opinião, este é o caminho oposto ao que se deve trilhar. \_\_\_\_\_

## ACTAS

22

k  
RB

Pediu a palavra o delegado Ricardo Duarte, informando ser Delegado representante dos Clubes, proprietário de um clube e árbitro. Reconhece que a função do árbitro não é fácil, pois trabalham durante muitas horas e reconhece que o seu papel é fundamental. No entanto, na sua opinião, esta contraproposta, se é que existe, é de muito difícil apreciação. Informou que nem sequer foi consultado como árbitro, logo esta contraproposta representa alguns Árbitros, não a sua totalidade. No que aos impostos diz respeito, o delegado esclarece que os mesmos são obrigação do prestador de serviços e não da entidade adquirente dos mesmos. Na sua opinião, esta contraposta não deverá ser considerada. \_\_\_\_\_

O Presidente da Mesa deu a palavra ao Delegado José Baptista, representante dos Jogadores, que manifestou ser justa a contraproposta dos árbitros, concordando que o valor recebido na elaboração dos quadros deverá ser pelo número de duplas inscritas, mas afirmou que a mesma deveria ter sido apresentada com tempo de antecedência, mas talvez com outro coeficiente. \_\_\_\_\_

O Delegado Cláudio Novo tomou a palavra, afirmando que um terço do valor dos torneios vai para a arbitragem. Sugeriu que sejam revistos os valores de inscrições nos torneios, para o ano 2020, pois não são alterados há algum tempo. Afirmou não se conseguir pronunciar, pois a contraproposta foi apresentada tardiamente. \_\_\_\_\_

Tomou novamente a palavra o Delegado João Paulo Gomes para afirmar que a Associação de Padel da Madeira tem de efectuar o pagamento do aluguer dos campos, troféus, águas, árbitros e vê esta situação com alguma preocupação. Afirmou subscrever tudo o que foi dito sobre a forma de apresentação da contraproposta, sendo que também é árbitro. \_\_\_\_\_

Tomou a palavra o Delegado Rui Gomes, afirmando não conseguir votar em consciência, pois não houve tempo para fazer os cálculos do real impacto. \_\_\_\_\_

O Presidente da Mesa informou os presentes que iria colocar à votação, excepcionalmente, a contraproposta apresentada pelo Delegado Luís Santos, representante dos Árbitros, apesar de a mesma não estar apresentada por escrito,

## ACTAS

23

reforçando só a considerar levar a votação devido ao facto de esta ser a primeira Assembleia Geral do ano e a primeira para vários Delegados. \_\_\_\_\_

Posta à votação ser considerada a contraproposta dos Árbitros, reprovada pela maioria dos Delegados, com oito votos contra, cinco abstenções e dois votos a favor. \_\_\_\_\_

Posta à votação a proposta apresentada pela Direcção da FPP à rectificação da Tabela de Taxas, aprovada pela maioria dos Delegados, com dez votos a favor, três abstenções e dois votos contra. \_\_\_\_\_

Passando ao **PONTO DOIS** da ordem de trabalhos, o Presidente da Mesa deu a palavra ao Presidente da Direcção da FPP, que pediu desculpa aos Delegados pelo envio tardio dos documentos a analisar, explicando que os mesmos foram enviados aos Delegados assim que foram recebidos. O atraso deve-se certamente ao trabalho da empresa de Contabilidade, situação esta alheia à Direcção da FPP. Devido ao atraso no trabalho prestado alterou-se a empresa prestadora de serviços de Contabilidade para o ano 2019. O Presidente afirmou que, depois de lidos os vários documentos, a única situação que estranha é o facto de constar que os Fundos patrimoniais da Federação são negativos, na ordem dos 19.700 euros, quando tinha um saldo bancário a 31 de Dezembro de 2018 de cerca de 48.000€, tendo sido este o melhor ano de sempre, mas o ROC poderá esclarecer esta situação. \_\_\_\_\_

Tomou a palavra o Delegado Paulo Ferreira para manifestar que não sendo esta a sua área, o facto de os Delegados terem recebido o Relatório e Contas apenas no dia anterior não deu o tempo necessário para a avaliação. Solicitou que este tipo de situação não se repita no futuro. \_\_\_\_\_

O Delegado João Paulo Gomes pediu a palavra para dar conta da importância da aprovação das contas, reconhecendo que este tipo de relatório por vezes sofre atrasos, mas a sua aprovação é de extrema importância para as instituições que dela dependem para receberem os apoios do Estado. Solicitou à FPP que preste mais atenção ao Padel na região da Madeira, pois a Associação de Padel da Madeira é uma extensão da FPP, e segundo afirmou, neste momento vive uma situação dramática. \_\_\_\_\_

## ACTAS

24

f  
PB

O Delegado José Baptista tomou a palavra deixando algumas questões, tais como a não diferenciação do número de Praticantes e Jogadores no Relatório da Direcção. Solicitou igualmente esclarecimentos sobre os gastos com pessoal, os gastos bancários, as deslocações, o valor a receber dos filiados e o valor da amortização, todos constantes no Relatório e Contas 2018. \_\_\_\_\_

Tomou a palavra Ricardo Garcia, representante da BDO, prestadora de serviços de revisão legal das contas, dando conta de que a Certificação Legal das Contas foi disponibilizada no início desta tarde. No que se refere à diferença existente entre o saldo em conta e o resultado do exercício não implica que seja um reflexo de fluxos financeiros. No que diz respeito aos gastos com pessoal, esclareceu a diferença de estarmos a comparar entradas de pessoal a meio do ano de 2017, comparando com todo o ano de 2018, incluindo a entrada de duas pessoas, uma para a área administrativa e a outra entrando para a área de Seleccionador Nacional. Relativamente aos custos bancários, o representante da BDO informou que se refere ao valor da taxa de transacções *Ifthenpay*. Relativamente ao valor associado às deslocações, esclareceu, que se incluem todas as despesas associadas a esta rubrica. No que se refere ao valor referente aos recebimentos por parte dos filiados, existe um saldo de cerca de 30.000€ que ainda se encontra por alocar. Este valor é significativamente inferior comparativamente com o valor de 2017. Relativamente às amortizações passadas, esse valor refere-se à facturação pendente, de vários anos, situação que se deveu às dificuldades na implementação do sistema de facturação. Ricardo Garcia salientou que, relativamente ao ano 2017, primeiro ano em que as contas da FPP foram auditadas, se verificavam por facturar cerca de 312.000 euros a 31 de Dezembro de 2017. Salientou que o que se continua a verificar são os fundos patrimoniais negativos, mas que essa situação poderá ser melhorada através dos apoios do IPDJ. \_\_\_\_\_

Tomou a palavra o Presidente da Direcção para realçar que em 2012 foram orçamentados 3.000€, no ano de 2019 estão previstos cerca de 600.000€. Na sua opinião, este feito deve-se a todos os agentes envolvidos, entre eles os clubes, os praticantes, os treinadores, os árbitros, a Associação de Padel da Madeira. O Padel cresceu

## ACTAS

25 HB

significativamente e isso obrigou a um aumento do número de elementos do staff. O Presidente informou os presentes da alteração das nomenclaturas referentes aos jogadores e aos praticantes, passando agora para Praticante Jogador e Praticante Social, a pedido do Advogado da FPP. Relativamente à diminuição do número de treinadores em 2018, esta situação deve-se à obrigatoriedade de certificação desta classe, por parte do IPDJ. No que se refere ao pedido de apoio por parte da APMAD, o Presidente esclareceu que esta poderá fazê-lo, através da FPP, ao IPDJ. A Associação de Padel da Madeira deverá apresentar um projecto e caso o IPDJ atribua verbas ao mesmo, elas serão redireccionadas para a associação. \_\_\_\_\_

O Delegado Cláudio Novo solicitou a palavra para dar conta de que, na sua opinião, a existência de muitas associações leva a que os clubes, árbitros, treinadores e praticantes percam poder de decisão. Na sua opinião, são necessários mais treinadores, pois muitos deles participam nos torneios aos fins-de-semana, pois não sabem se querem ser treinadores ou jogadores, notando-se ainda falta de profissionalismo. Essa situação leva a que se verifique falta de treinadores quando os clubes têm mais procura. \_\_\_\_\_

O Delegado Gervásio del Bono tomou a palavra para dar conta de que, na sua opinião, os treinadores ao participarem nos torneios ficam mais capacitados como treinadores. Deu conta também de que muitos dos treinadores ainda não ganham o suficiente para conseguirem viver apenas dos treinos. \_\_\_\_\_

Posto à votação o Relatório de Actividade e Contas de 2018 foi aprovado pela maioria dos Delegados, com dez votos a favor e três abstenções. \_\_\_\_\_

Posto à votação o Parecer do Conselho Fiscal do ano 2018 foi aprovado pela maioria dos Delegados, com nove votos a favor e quatro abstenções. \_\_\_\_\_

Passando ao **PONTO TRÊS** da ordem de trabalhos, tomou a palavra o Presidente da Direcção para informar que as rectificações ao Orçamento resultaram numa diferença

## ACTAS

26

f  
JB

insignificante em termos monetários, tendo sido feito um reajustamento dos valores a alocar a várias das actividades planificadas para o ano 2019. \_\_\_\_\_

O Delegado José Baptista questionou porque foi alocado um valor na Four Nations Padel Cup e não noutras provas. \_\_\_\_\_

O Presidente da Direcção esclareceu que a FPP foi convidada a participar nesta competição, juntamente com Espanha, Argentina e Brasil. O valor alocado refere-se aos gastos na participação. \_\_\_\_\_

O Delegado Paulo Ferreira questionou o apoio alocado ao Clube VII, previsto no Orçamento. \_\_\_\_\_

O Presidente esclareceu que os clubes podem solicitar apoio à FPP para várias áreas. O Clube VII foi o único a solicitar esse apoio. \_\_\_\_\_

Posta à votação a proposta apresentada pela Direcção da FPP à rectificação do Orçamento e actividades planificadas para o ano 2019, foi aprovado pela maioria dos Delegados, com dez votos a favor e três abstenções. \_\_\_\_\_

Passando ao **PONTO QUATRO** da ordem de trabalhos, tomou a palavra o Presidente da Direcção para esclarecer que, na sequência de várias conversas tidas entre a Direcção da FPP e o Estado, é intenção centralizar todas as actividades da FPP na área do Estádio Nacional, à semelhança do que já acontece com outras federações. Uma vez que se vai realizar este ano, em Portugal, a Euro-América Padel Cup e o Campeonato Europeu de Padel, em masculinos, em Novembro, em princípio os campos vão ficar montados no espaço temporal entre os dois eventos. A FPP solicitou ao Estado poder alugar os campos nesses meses, mas o IPDJ pretende que o valor de aluguer dos campos seja de baixo custo. A FPP não tem como intenção fazer concorrência aos clubes. Na opinião do Presidente da Direcção, será muito benéfico para a FPP poder contar com um espaço onde possa realizar as suas actividades, tais como estágios, eventos e formação, sem estar dependente da boa vontade dos clubes. Esta situação será apresentada e votada em Assembleia Geral. \_



## ACTAS

27

A  
FB

O Delegado Paulo Ferreira tomou a palavra para afirmar que, na sua opinião, assiste-se a um decréscimo de qualidade sempre que se assiste a fundos públicos aplicados em projectos privados. \_\_\_\_\_

Passando para o **PONTO CINCO** da ordem de trabalhos, o Presidente da Federação tomou a palavra para informar os presentes que a Direcção da FPP recebeu um pedido por parte de sete organizadores de provas classe 10.000, das oito provas desta classe que se encontram calendarizadas no circuito FPP. Estes organizadores queixam-se da falta de possibilidade de realização de Quadro B, a nível regulamentar, no que às provas classe 10.000 diz respeito. Este tema foi levado a Reunião de Direcção onde existem diferentes pontos de vista sobre o tema. O Presidente da Direcção lembrou que os regulamentos estão em vigor desde o início do ano. \_\_\_\_\_

O Presidente da Mesa esclareceu que este tema não poderá ser votado na presente Assembleia Geral por não se encontrar inscrito na ordem de trabalhos. O Presidente da Mesa afirmou não estar seguro sobre se esta norma fará ou não parte do regime jurídico das federações. \_\_\_\_\_

Tomou a palavra o Presidente da Direcção para informar que vai esclarecer esta situação junto do Advogado da FPP. \_\_\_\_\_

Tomou a palavra o Delegado José Baptista, afirmando que deveria ser possível a realização de Quadro B nos torneios classe 10.000, pois esta questão também se vai sentir nos torneios desta classe, no Circuito de Veteranos. O Delegado questionou o facto de o valor do Prize-Money em masculinos e femininos, previsto no Regulamento de Veteranos, ser o mesmo, ou seja, Prize-Money mínimo de 2000€ (1000€ para masculinos e 1000€ para femininos. Na sua opinião, esta situação vai contra o Regulamento Geral. \_\_\_\_\_

O Presidente da Direcção afirmou que a questão do Prize-Money no Regulamento de Veteranos irá ser analisada na próxima Reunião de Direcção, pois pode tratar-se um lapso de escrita. \_\_\_\_\_

## ACTAS

28

RB

Tomou a palavra o Delegado Rui Faria, demonstrando ser contra pois, na sua opinião, a maioria dos jogadores não gosta de jogar o Quadro B. Considera que, a haver alteração aos regulamentos, seja dada a opção de organizar o Quadro B e não seja uma imposição. Foi opinião generalizada entre os Delegados que o Quadro B fará sentido apenas nos níveis dois, três e quatro, por serem níveis sociais. \_\_\_\_\_

O delegado João Baptista retomou a palavra para deixar vários pedidos, sugestões e reclamações de alguns jogadores, entre eles a presença de desfibriladores nos clubes, a equivalência de Prize-Money em masculinos e femininos, a diminuição da utilização de garrafas de plástico nos torneios, alteração ao horário em que terminam os jogos e a dificuldade de acesso à declaração de seguros no site da FPP. \_\_\_\_\_

Terminados os assuntos constantes da Ordem de Trabalhos e nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Sessão às vinte e duas horas e trinta minutos, sendo redigida a presente Acta que será assinada pelos elementos em função na Mesa da Assembleia Geral. \_\_\_\_\_

Secretária da Mesa da Assembleia Geral: Rafael Botelho

Presidente da Mesa da Assembleia Geral: J. L. S.